



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"



Educação Política: instrumento necessário para melhorar a qualidade da democracia

Milton Lahuerta

Doutor em Ciência Política, Professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Campus de Araraquara. É coordenador do Laboratório de Política e Governo da UNESP, e-mail: lahuerta@fclar.unesp.br,

Alessandra Santos Nascimento

Doutora em Sociologia, Especialista em Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão e Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo da UNESP, alessantosnas@gmail.com,

Maira Gonçalves Lopes

Mestre em Ciência Política e Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo da UNESP, mairalopes_212@yahoo.com.br

Eixo 1: Direitos, Responsabilidades e Expressões para o Exercício da Cidadania.

Resumo:

O presente trabalho visa contribuir para ampliar o conhecimento sobre as experiências de educação política desenvolvidas com jovens do ensino fundamental, através de parcerias entre a universidade e o poder público municipal. Para isso, apresentaremos os resultados do trabalho de formação política realizado em 2014 com 1.148 jovens, de 13 a 16 anos, estudantes das redes pública e privada de ensino de Araraquara. Essa experiência foi produto da parceria entre o Laboratório de Política e Governo/FCLAr-UNESP e a Câmara Municipal de Araraquara/SP. Além da formação, o Laboratório realizou uma pesquisa junto a esses jovens. Esta objetivou aferir as percepções desses estudantes acerca da política institucional bem como da educação política. Um dos resultados desse processo de ensino-aprendizagem foi a percepção de que os jovens não têm clareza sobre o significado de democracia, embora valorizem a participação política dos cidadãos, para a mudança da sociedade, e concordem que a educação política é necessária. Entre os conhecimentos novos que os adolescentes adquiriram encontram-se o funcionamento dos poderes e das eleições no Brasil, bem como o papel do cidadão.

Palavras Chave: Educação política; juventude; democracia.

Abstract:

This paper aims to contribute to increase the knowledge about political education experiences developed with young people from elementary school through partnerships between the University and the municipal government. To that end, we will present the results of the political education work carried out in 2014 with 1,148 young people from 13 to 16 years old, all students from public and private schools in Araraquara, state of São Paulo. This experience was the product of a partnership made between the Government and Policy Laboratory of FCLAr-UNESP and the City of Araraquara, São Paulo. Besides the training work, the Laboratory has conducted a survey among these young people. This aimed to evaluate the perceptions of these students about institutional policy as well as political education. One of the results of this teaching-learning process was the perception that young people are not so sure about the meaning of democracy, although they value the political participation of citizens in order to change society and agree that political education is necessary. Among some of the new knowledge that these teenagers have acquired we can list the operation of power and elections in Brazil, as well as the role of the citizen.

Key Words: Political education; youth; democracy

Introdução

Perante o diagnóstico da literatura acadêmica sobre o funcionamento da política local e considerando as

mudanças estruturais e constitucionais no Brasil verificadas nas últimas décadas, um desafio que se coloca diz respeito à dimensão da educação política dos jovens. A política local relaciona-se com a



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



maneira como o cidadão compreende a política e dela participa. Quando se considera as Câmaras Municipais, no geral, há falta de clareza sobre os procedimentos, as competências e a dinâmica das decisões políticas que ocorrem nesses parlamentos, sem contar o parco conhecimento sobre as verdadeiras funções de um vereador, considerado, na maioria das vezes, como um ator "menos importante" dentro do sistema político brasileiro.

Esse quadro torna-se ainda mais preocupante ao entendermos que os próprios cidadãos acabam não valorizando o potencial político que possuem através das suas ações individuais (principalmente ao votar nos pleitos eleitorais) ou por meio da sua atuação em termos coletivos (quando, por exemplo, compartilham com amigos e conhecidos suas impressões, descontentamentos e/ou preferências sobre o universo da política ou ainda quando desejam que alguma ação não seja tomada pelo poder público devido ao impacto que esta pode gerar em sua vida). Em outras palavras: há uma carência de reconhecimento individual e coletivo do empoderamento dos cidadãos e de sua importância para as futuras gerações. O que se contrapõe à expectativa de que, ao serem mais bem formados, em termos educacionais, os futuros cidadãos possam intervir politicamente de maneira mais qualificada e ativa, contribuindo para a elevação do debate público e pressionando por maior transparência nas ações políticas.

Autores como Bobbio (1986), Dahl (2001) e Marshall (1967) ressaltam a importância do aumento da participação dos cidadãos na política, sendo que esta pode ser alcançada através de ações como a educação política para a melhoria cotidiana do processo democrático. Neste contexto, o trabalho visou contribuir para a educação política de jovens entre 13 e 16 anos, matriculados regularmente no 9º ano das redes pública e particular de ensino de Araraquara. De modo que eles aprendessem sobre a importância, a função e a organização do poder legislativo a fim de que formulassem suas próprias opiniões e críticas em relação à organização do espaço público e a capacidade de realização política das instituições.

Permaneceu como uma das principais lacunas nos estudos sobre política local o tratamento sobre a importância, o papel e o funcionamento das Câmaras Municipais, as quais são os órgãos representativos mais antigos no Brasil.

Se a estruturação política e econômica da República Velha passava pelo predomínio do sistema coronelista, que funcionava em concomitância ao mecanismo da política dos governadores, sendo que o poder federal nada mais era do que a expressão do poder estadual, principalmente das oligarquias mineira e paulista. Após a Revolução de 1930, ocorreram mudanças

importantes nos aspectos institucionais e políticos dos municípios e das Câmaras Municipais no Brasil. Em 1946, a Carta Constitucional Brasileira estabeleceu as Câmaras Municipais como órgãos representativos locais, de composição partidária, com membros (vereadores) remunerados mensalmente e eleitos pelo sistema eleitoral de representação proporcional, possibilitando, inclusive, a representação de camadas médias da população. O golpe militar de 1964 embora não tivesse impedido as atividades políticas das Câmaras Municipais criou mais restrições em relação a autonomia legislativa. Somente com a redemocratização é que essas Câmaras passaram por um processo de ganho relativo de autonomia política e de interferência nas decisões políticas, passando a enfrentar os mesmos dilemas das demais casas representativas nos outros níveis de governo.

Os questionamentos em torno do papel das Câmaras Municipais e dos políticos locais nos processos de tomada de decisão pós-1988 orientaram a realização de pesquisas que pudessem compreender as ações de políticos locais e a participação dos vereadores no processo legislativo.

As mudanças constitucionais no Brasil, verificadas nas últimas décadas, colocaram para o poder público o desafio de ampliar a participação e de torná-la efetiva do ponto de vista institucional. Dentre os desafios apresentados por esse novo arranjo, que descentralizou a atuação do poder público, está a qualidade da formação política dos cidadãos. Nesse sentido, uma das novas prerrogativas das instituições tem sido envolver o poder municipal, dada sua proximidade com os cidadãos, no processo de formação e capacitação dos agentes políticos. Para que os cidadãos possam intervir politicamente, de maneira mais qualificada e ativa, diversas experiências têm sido realizadas pelo Sistema de Ensino do Legislativo, que compreende o conjunto de Escolas do Legislativo em âmbito estadual e municipal. Essas novas instituições têm realizado diversos trabalhos de qualificação dos quadros do poder público e de formação política dos cidadãos. Algumas Escolas têm estabelecido parcerias com institutos e órgãos de pesquisa, escolas técnicas e profissionais, bem como com universidades para realização de seus objetivos (COSSON, 2008).

Em 2013, a Câmara Municipal de Araraquara criou sua Escola do Legislativo. Com isso, a instituição propiciou a oportunidade de maior aproximação entre a Faculdade de Ciências e Letras, em particular, o Laboratório de Política e Governo da UNESP e o poder legislativo municipal com vistas a colaborar na realização de projetos e eventos de formação política.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROJETO DE EXTENSÃO

Nesse contexto, foi proposta a parceria entre essas instituições para o desenvolvimento do projeto de educação política denominado "Parlamento Jovem/2014".

Objetivos

Contribuir para ampliar o conhecimento sobre as experiências de educação política desenvolvidas com jovens do ensino fundamental, através de parcerias entre a universidade e o poder público municipal, a partir do Projeto Parlamento Jovem/2014.

Material e Métodos

O trabalho intelectual de preparação dos conteúdos e desenvolvimento de metodologias de ensino para esse projeto ficou sob a responsabilidade da equipe do Laboratório de Política, que nele tem atuado como pesquisadores e docentes. A equipe é formada por alunos da pós-graduação (mestrado e doutorado), nas áreas de Ciência Política e Sociologia; recém-doutores e um supervisor, o coordenador do Laboratório de Política. Já a instituição financiadora foi a Câmara Municipal de Araraquara.

O foco do trabalho de docência e de pesquisa do projeto consistiu na escolha de temas e de metodologias que propiciassem o aprendizado sobre o funcionamento político e institucional do legislativo no Brasil, com destaque para o legislativo municipal, com linguagem didática e eficaz para ensinar os jovens.

A importância de um projeto como este justifica-se: 1) pelo fato de a Universidade poder contribuir diretamente com a sociedade ao oferecer conhecimento qualificado em uma área que impacta cotidianamente a vida dos indivíduos (como é a área política), sem contar o desempenho da função cidadã dos próprios membros do Laboratório de procurar elevar o nível do debate político por meio da formação de jovens que serão novos eleitores e, talvez, novos representantes; 2) pela inserção dos pesquisadores pós-graduandos ou recém-doutores em um ambiente de pesquisa e docência que os desafia a elaborar metodologias próprias de ensino e a cumprir com um dos elementos do tripé universitário que é a divulgação do conhecimento científico, através das atividades de extensão; 3) pela possibilidade de contribuir para possíveis reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade, em especial na graduação, no que tange a licenciatura no Curso de Ciências Sociais.

A articulação entre pesquisa, ensino e extensão, além de inovadora, foi fundamental para assegurar a relação entre o saber acadêmico e a prática social. Os membros do Laboratório contribuíram para que os estudantes de 24 escolas do ensino fundamental tivessem contato teórico e prático com a dimensão representativa da política durante todas as fases do projeto.

A primeira fase compreendeu várias edições do Curso de formação política nas escolas que fizeram adesão ao projeto. Nesta fase, os estudantes aprenderam como funciona o voto e as eleições no Brasil, bem como o papel dos três poderes e dos cidadãos para o funcionamento da organização política do país.

A segunda fase consistiu em várias edições da Oficina de Projetos de Lei, que se subdividia em duas partes, uma teórica e outra prática. Na teórica, os membros do Laboratório explicavam o que era, como funcionava, bem como os impactos ou não de um projeto de lei. Ao finalizarem a explicação, os jovens eram convidados a vivenciar o processo de criação de um projeto de lei. Nessa atividade, os estudantes eram organizados em dupla e orientados a buscar alternativas para tentar melhorar a cidade, ou resolver algumas questões que eles considerassem como problemas no município. Toda a produção legislativa dessas oficinas passou por um processo de seleção interna na unidade e escolar; o que resultava na escolha de um dos projetos de lei para representar a instituição. O projeto era enviado para a Câmara com a finalidade de concorrer a uma das 18 cadeiras dos vereadores oficiais. Já na Câmara, esta proposição passava por uma nova seleção para a escolha dos 18 melhores projetos. Após a divulgação dos resultados, tinha início a terceira e última fase da atividade de extensão do projeto Parlamento Jovem. Diferente das outras fases, esta ocorreu nas dependências da Câmara Municipal de Araraquara. Cada dupla que teve seu projeto selecionado conheceu a Casa de Leis e recebeu uma nova formação para entender sobre como participar de uma sessão parlamentar oficial regida por eles. Durante esta formação, também ministrada pela equipe do Laboratório, os 36 jovens fizeram a eleição da mesa diretora jovem e entenderam como atuar no Plenário na condição de membros da primeira legislatura jovem do ensino fundamental de Araraquara, e assim apresentar suas ideias para a cidade.

Se a atividade de extensão acima apresentada foi finalizada com a sessão, o trabalho de pesquisa é permanente, iniciou com a formação dos membros da equipe de docentes/pesquisadores do Laboratório, para assegurar que os mesmos conteúdos e a mesma metodologia fossem aplicados nas diferentes escolas parceiras. E continuou durante a elaboração propriamente do



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"



material do curso e da oficina e em sua revisão após a experiência de sala de aula. Durante a pesquisa constatou-se a existência de poucos materiais didáticos (vídeos, apostilas, etc.) para o ensino de política para jovens.

Temas como o funcionamento do legislativo; a importância do parlamento na democracia brasileira; e educação política para jovens foram pesquisados e discutidos exaustivamente pela equipe. Nesse caminho, os membros do Laboratório trabalharam com o conceito de letramento político, que passou a ser entendido como um processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia (COSSON, 2010). Já o conceito de democracia foi tratado tanto na dimensão procedimental e normativa quanto naquela que diz respeito aos princípios, comportamentos, valores políticos e crenças de cada cidadão, que acaba por sustentar o seu próprio funcionamento.

As práticas e os valores ligados a democracia envolvem a cultura do diálogo na resolução de problemas, as formas de participação decisória e os meios de atuação coletiva. Diante do exposto, a responsabilidade de realizar o letramento político precisa ser assumida por diferentes atores sociais, cabendo ao Poder Legislativo e à Universidade pública um papel fundamental nesse processo.

Outro trabalho de pesquisa desenvolvido junto a este público consistiu na elaboração e aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, após a realização do curso de formação, sobre: a obrigatoriedade do voto; a importância do voto; o voto nas mulheres; se somos responsáveis pelos resultados da política no nosso dia a dia; se os partidos são importantes para a sociedade; o quanto eles ouvem de política em casa; se a imprensa cumpre bem o seu papel de informar a sociedade; se a participação política dos cidadãos é importante; se eles concordam que a democracia é melhor que qualquer outra forma de governo; se a educação política deveria estar na escola; se o curso de formação política que eles receberam propiciou conhecimentos novos sobre o tema; entre outras perguntas.

Resultados e Discussão

Os resultados quantitativos das respostas dos jovens a tais questões: 84,1% dos jovens pesquisados concordaram que o voto é importante para mudar a realidade do país, mas somente 64,5% concordam que ele seja obrigatório. Sobre a votação em candidatas, a maioria dos entrevistados, isto é, 92,9%, afirmou que votaria em uma mulher. Quando indagados se concordavam que os

cidadãos são responsáveis pelos resultados da política em seu cotidiano 73,7% dos jovens concordaram, 15,9% discordaram, 11,7% disseram não ter opinião e 1,3% não respondeu à pergunta. No que se refere aos partidos políticos, 69,1% dos jovens concordaram que eles são importantes para sociedade. Indagados sobre o quanto eles ouvem de política em casa a maioria dos estudantes respondeu que ouve alguma coisa, ou seja, 62,8% dos pesquisados. Quando questionados se a imprensa exerce bem o seu papel de informar os cidadãos sobre o que ocorre 49,5% concordaram, no entanto, 36,8% discordaram e 12,5% disseram não ter opinião sobre. Entre os que jovens que discordaram que o trabalho da imprensa de informar a sociedade está sendo bem executado a maioria é da rede particular de ensino. Ao serem questionados se os partidos políticos são importantes para a sociedade 69,1% concordaram. Na questão sobre o tema da democracia existiam três frases que o aluno deveria ler e assinar aquela com a qual ele tinha maior concordância (Vide **Anexo 1**). As frases eram: a) Democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, b) Existem situações nas quais a Ditadura é melhor que a Democracia, c) Nenhuma delas é melhor, d) Não sabe. Diante de tais opções, 43,5% responderam que a Democracia é sempre melhor, no entanto, 12,5% disseram que existem situações nas quais a Ditadura é melhor, 28,5% afirmaram que não sabiam responder e 2,5% não responderam a questão.

Se por um lado, esses resultados podem indicar que tais jovens não têm clareza sobre o significado de democracia, por outro, podem sinalizar a existência de um traço de conservadorismo no perfil político desses jovens. A primeira hipótese parece ser a mais razoável à medida que, ao serem questionados se concordavam que a participação política dos cidadãos é importante para a mudança da sociedade, a maioria respondeu de forma afirmativa (Vide **Anexo 2**). Considerando que para haver participação política dos cidadãos é necessário ter liberdade, seja como um direito seja enquanto um valor, e que isso só é garantido pela democracia, a opção pela Ditadura é, no mínimo, contraditória.

Outras respostas que nos chamaram a atenção: 73,9% dos jovens concordaram que a educação política deveria estar presente nas escolas e 91% concordaram que o curso ministrado pelo Laboratório de Política tinha propiciado conhecimentos novos (Vide **Anexos 3 e 4** respectivamente). Além disso, 87,3% concordavam que tal curso deveria ser oferecido para outras turmas da escola. Entre os conhecimentos novos adquiridos encontram-se o funcionamento dos



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:



poderes e das eleições no Brasil, bem como o papel do cidadão.

reforça a relevância de iniciativas como a que foi desenvolvida pelo Projeto Parlamento Jovem/2014.

Conclusões

A presença de conteúdos de política na formação escolar parece algo comum em países avaliados no ICCS - *International Civic and Citizenship Education Study*, composto por um conjunto de 38 nações, distribuídas em diferentes continentes e envolvidas numa pesquisa que constrói uma espécie de ranqueamento que reconhece o valor de tais ações. O Brasil não participa desse conjunto. Em 2008, houve uma alteração no currículo do Ensino Médio no Brasil, foram incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as suas séries. Um dos problemas envolvendo a disciplina de Sociologia é a dificuldade de se criar um consenso mínimo a respeito dos conteúdos e abordagens a serem trabalhados. Se no Ensino Médio a formação política não é uma realidade, no Fundamental a situação é ainda mais grave, o que

Agradecimentos

A toda equipe do Laboratório de Política e Governo da UNESP que colaborou no projeto Parlamento Jovem/2014.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
COSSON, R. **Escola do Legislativo, Escola de Democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.
COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, XI, n.3, 2010, p. 13-19.
DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: UNB, 2001.
MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.



8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

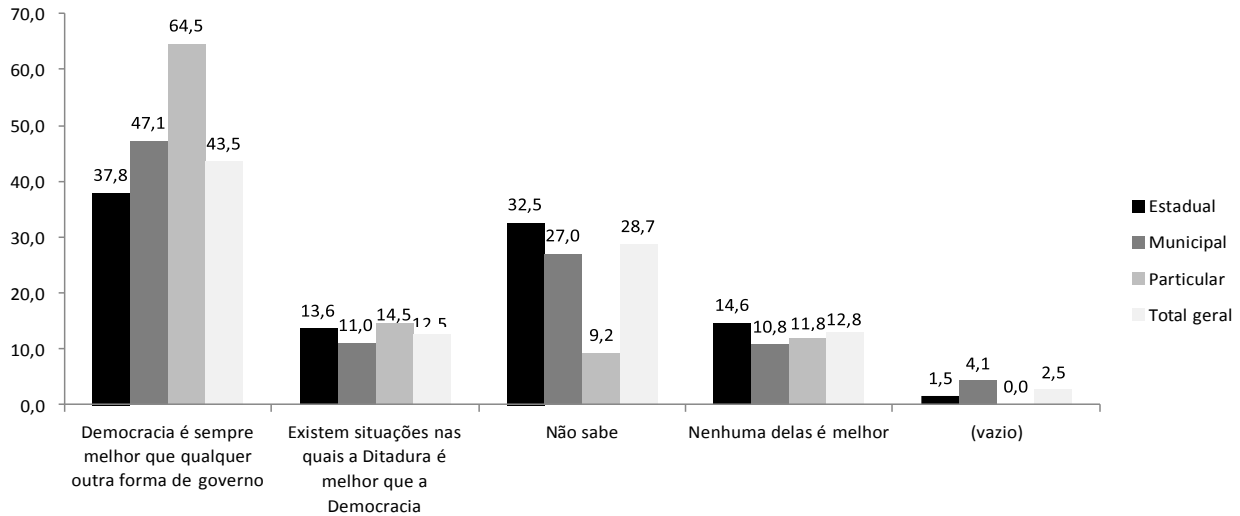
Realização:

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

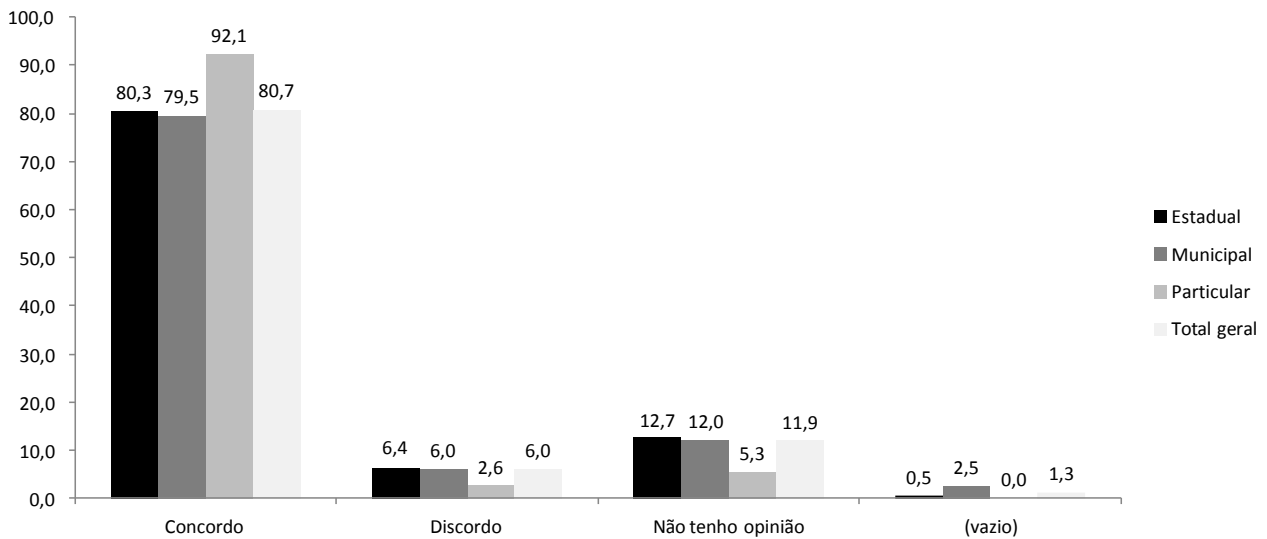
Anexo 1

Questão: Das três afirmações abaixo assinale aquela que você mais concorda



Anexo 2

Questão: A participação política dos cidadãos é importante para a mudança da sociedade?





8º Congresso de extensão universitária da UNESP

"Diálogos da Extensão:
do saber acadêmico à prática social"

Realização:

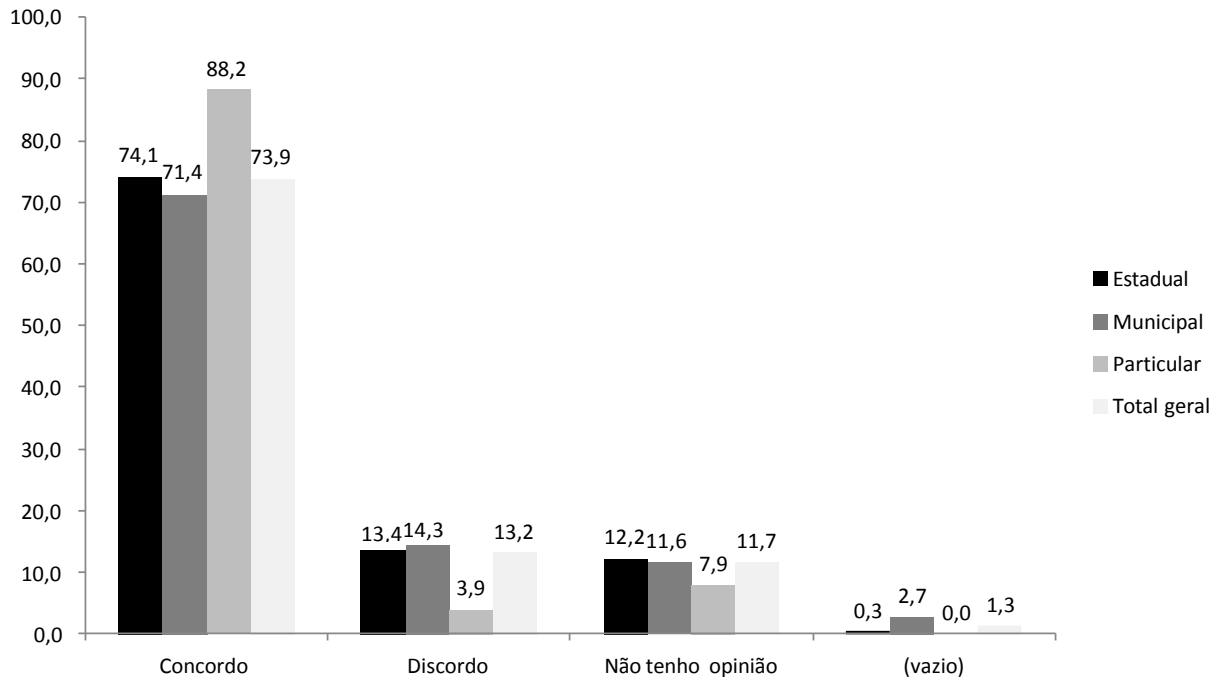
unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

PROEX
PROJETO DE EXTENSÃO CURRICULAR

Anexo 3

Questão: A educação política deveria estar presente nas escolas?



Anexo 4

Questão: O curso trouxe conhecimentos novos?

